

Gabinete de Articulação para Efetividade da Política da Educação em Mato Grosso (Gaepe-MT)

Resumo Executivo da 21ª reunião – 11/12/2024
(10ª de 2024)

PAUTA RESUMIDA

1. [1h40min.] Balanço das atividades do Gaepe-MT em 2024

Objetivo: Apresentar um balanço das atividades realizadas pelo Gaepe-MT em 2024, destacando os principais avanços, desafios enfrentados e os resultados alcançados. A pauta busca promover uma reflexão coletiva sobre as ações desenvolvidas e identificar lições aprendidas para o aprimoramento contínuo.

Tempo: Total: 1h40min. | 30 min. de apresentação + 1h10min. de debates e encaminhamentos

Responsável: Tatiana Bello - Instituto Articule

RESUMO EXECUTIVO

Balanço das atividades do Gaepe-MT em 2024

No ano de 2024, o Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política da Educação em Mato Grosso (Gaepe-MT) reforçou seu papel de governança estratégica para a política educacional no estado, promovendo a articulação interinstitucional e a integração de esforços voltados à ampliação da oferta de educação infantil, bem como para a atualização do diagnóstico do Estado sobre essa pauta. A governança realizou uma série de reuniões ordinárias e extraordinárias que abordaram temas cruciais para educação mato-grossense, como a destinação de recursos orçamentários estaduais para a educação infantil, o enfrentamento do déficit de vagas em creches, a necessidade de um diagnóstico voltado para a educação inclusiva e o monitoramento das pautas em discussão. Esse balanço revela um intenso compromisso com a transparência, a eficiência e a equidade na implementação das políticas públicas, destacando-se a mobilização de diferentes instituições e setores para superar desafios estruturais e ampliar os direitos das crianças à educação de qualidade.

- **12ª Reunião - 20/03/2024**

A primeira reunião de 2024, realizada em 20 de março de 2024, priorizou ações voltadas à educação infantil no estado, com foco na inclusão de recursos para 2025 nas Leis

de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Leis Orçamentárias Anuais (LOA), no levantamento da demanda por vagas em creches e pré-escolas e na superação de entraves no financiamento federal para obras inacabadas.

No primeiro ponto, foram discutidas articulações entre os membros do Gaepe-MT, o governo estadual e os gestores municipais para ampliar vagas e reduzir filas de espera em creches. Ficou definido que a Secretaria de Estado de Educação (Seduc-MT) organizaria, até abril, uma reunião estratégica para alinhar as ações necessárias.

A segunda pauta tratou da revisão do questionário utilizado em 2023 para atualizar dados sobre vagas na educação infantil em 2024, fundamentais ao planejamento das políticas públicas. Um grupo técnico, composto por instituições como a União dos Dirigentes Municipais de Educação de Mato Grosso (Undime-MT), a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação seccional Mato Grosso (Uncme-MT), a Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM), o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT), o Instituto Articule e a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso (DPEMT), ficou responsável por apresentar uma minuta na reunião seguinte.

- **13ª Reunião - 17/04/2024**

A 13ª reunião ordinária do Gaepe-MT, realizada em 17 de abril de 2024, deu continuidade às discussões sobre a inclusão de recursos orçamentários para a educação infantil nas Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Leis Orçamentárias Anuais (LOA) de 2025. Também abordou o planejamento estratégico das ações do ano e a validação do questionário para levantamento de dados sobre creches e pré-escolas no estado.

No primeiro ponto, ressaltou-se a importância de acompanhar de perto a tramitação das leis orçamentárias para garantir a destinação de recursos à construção e ampliação de creches. Além disso, propôs-se uma reunião com o vice-governador e representantes das instituições do Gaepe-MT para discutir soluções técnicas e financeiras que viabilizassem a retomada de obras de creches paralisadas.

O segundo ponto tratou da apresentação e aprovação do plano de ação do Gaepe-MT para 2024, que incluiu atividades como capacitação técnica dos municípios, eventos para engajamento político em educação infantil e planejamento orçamentário estratégico.

Por fim, a validação do questionário de levantamento de dados foi o terceiro destaque. Esse instrumento, revisado para maior abrangência e robustez, incluiu perguntas sobre a

pré-escola e ficou definido que seria enviado aos municípios com o apoio da Undime-MT, da Uncme-MT, da AM) e da Comissão Permanente de Educação e Cultura do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (Copec/TCE-MT).

- **14ª Reunião - 29/05/2024**

A 14ª reunião ordinária, realizada em 29 de maio de 2024, abordou a destinação de recursos para a educação infantil, as condicionalidades do Valor Aluno-Ano Total (VAAT) e os impactos da recém-aprovada Lei nº 14.851/2024¹. As deliberações reforçaram a importância da articulação interinstitucional para ampliar vagas em creches e regularizar informações fiscais e contábeis essenciais para a habilitação ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb).

No primeiro ponto, discutiram-se ações para incluir recursos destinados à educação infantil na LDO e na LOA de 2025. Ressaltou-se a urgência de mobilizar gestores e parlamentares para garantir verbas para a construção e ampliação de creches, com destaque para a reunião marcada para 11 de junho com o vice-governador, visando destravar obras paralisadas e propor recursos estaduais. Planejou-se ainda o envio de um ofício conjunto à Assembleia Legislativa para formalizar as propostas.

O segundo ponto tratou das condicionalidades do VAAT, destacando a obrigatoriedade de os municípios transmitirem informações fiscais e contábeis de 2023 pelos sistemas SICONFI e SIOPE dentro do prazo, como requisito para habilitação ao recebimento da complementação do Fundeb em 2025.

Por fim, discutiu-se a Lei nº 14.851/2024, que estabelece a obrigatoriedade de levantamento e divulgação da demanda por vagas em creches para crianças de 0 a 3 anos. A lei reforça a transparência e o planejamento na gestão educacional, exigindo que os municípios adequem seus critérios de atendimento às novas normas legais, garantindo dados precisos e representativos das necessidades locais.

- **Reuniões Extraordinárias - 11/06 a 14/06/2024**

Entre os dias 11 e 14 de junho de 2024, o Gaepe-MT realizou reuniões extraordinárias com o objetivo de discutir a construção e ampliação de creches no estado. Os encontros abordaram a aplicação dos recursos previstos na LOA/2024, orientações para conclusão de

¹<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2024/lei-14851-3-maio-2024-795566-publicacaooriginal-171676-pl.html>

obras paralisadas e a ausência de previsão orçamentária no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2025 para novas creches. Essas deliberações resultaram em avanços estratégicos no planejamento de ações para a educação infantil.

Na reunião de 11 de junho, realizada na vice-governadoria do estado, a Comissão Permanente de Educação do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (Copec-TCE-MT) apresentou um estudo sobre a sustentabilidade financeira e os desafios enfrentados pelos municípios para retomar obras paralisadas, mesmo estando aptos a receber recursos. A Associação Mato-grossense de Municípios (AMM) solicitou formalmente a elaboração de uma nota técnica para orientar o governo estadual sobre os procedimentos necessários à conclusão dessas obras.

No dia 12 de junho, o Gaepe-MT deliberou sobre essa solicitação, elaborando uma minuta da Nota Técnica Gaepe-MT nº 1/2024², que propôs a possibilidade de o governo estadual assumir parcialmente os custos das obras paralisadas. A minuta foi submetida a sugestões dos integrantes, com prazo de revisão até o dia seguinte.

Em 13 de junho, uma reunião emergencial coordenada pela Presidência do TCE-MT reuniu representantes da Seduc-MT, prefeitos e instituições como o Ministério Público Estadual (MPMT) e o Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil (MIEIB). Foram definidos prazos para que os municípios apresentassem projetos de execução das obras até 20 de junho, cabendo à Seduc-MT coordenar a análise e priorizar a retomada de unidades com maior viabilidade.

Finalmente, no dia 14 de junho, a Nota Técnica nº 1/24 foi oficialmente aprovada, orientando gestores municipais e estaduais sobre os procedimentos necessários para concluir obras paralisadas. Apesar desse avanço, foi destacada a ausência de rubricas específicas no PLDO/2025 para construção e ampliação de creches, apontando para a necessidade de ações imediatas para garantir a inclusão desses recursos na LOA/2025.

- **15ª Reunião - 26/06/2024**

A 15ª reunião ordinária, realizada em 26 de junho de 2024, abordou a inclusão de recursos para a educação infantil nas Leis Orçamentárias de 2025, a apresentação do Sistema Integral de Gestão da Educação e o aprimoramento dos mecanismos de planejamento e transparência na oferta de vagas em creches e pré-escolas.

² <https://drive.google.com/file/d/1qpVvORvOfzQbriAKi5elc3bnkcnyGPUH/view>

O primeiro ponto discutiu os próximos passos para garantir recursos destinados à construção e ampliação de creches no PLDO e no PLOA de 2025. Foi destacada a importância de um estudo técnico para analisar os vetos das LDO e LOA de 2024 relacionados às obras de creches, com o objetivo de evitar entraves semelhantes no próximo ciclo orçamentário. Como encaminhamento, ficou definido o envio de um ofício à Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT), reforçando a necessidade de rubricas específicas para ampliar vagas em creches.

O segundo ponto apresentou o Sistema Integral de Gestão da Educação, desenvolvido em Londrina-PR, como referência de inovação na gestão de vagas em creches e pré-escolas. A promotora de Justiça Dra. Suzana Broglia Feitosa de Lacerda detalhou o funcionamento do sistema, que centraliza a oferta de vagas com critérios claros e transparentes, priorizando famílias em situação de vulnerabilidade e reduzindo a judicialização

A experiência foi considerada um modelo potencial para Mato Grosso, e ficou definido que o sistema será divulgado aos municípios, incentivando a adoção de soluções similares para fortalecer as redes de ensino.

- **16ª Reunião - 31/07/2024**

A 16ª reunião ordinária, realizada em 31 de julho de 2024, abordou a destinação de recursos para ampliar vagas em creches nos municípios do estado. As discussões destacaram a importância de estratégias para assegurar a aplicação eficiente dos recursos previstos na LOA/2024 e a inclusão de rubricas específicas nas leis orçamentárias de 2025, promovendo maior transparência e eficácia na utilização dos valores destinados à educação infantil.

O principal encaminhamento foi a formação de um grupo de trabalho (GT) dedicado a monitorar a aplicação dos recursos previstos na LOA/2024, criado para assegurar a efetiva execução das verbas destinadas à construção e ampliação de creches. Além disso, foi instituído um GT para acompanhar a inclusão de recursos na LDO e LOA de 2025.

Por fim, ficou definido que a Seduc-MT enviaria relatórios periódicos ao grupo de *Whatsapp* do Gaepe-MT, detalhando o progresso das análises, formalização de convênios e outras deliberações relacionadas às obras de creches, o que tem sido realizado desde então.

- **17ª Reunião - 28/08/2024**

A 17ª reunião ordinária do Gaepe-MT, realizada em 28 de agosto de 2024, concentrou-se na destinação de recursos para a expansão de vagas em creches e no levantamento de dados sobre a educação infantil nos municípios de Mato Grosso.

No primeiro ponto, foram discutidos os avanços na mobilização para assegurar a aplicação dos recursos previstos na LOA/2024 e a inclusão de novas rubricas na LDO e LOA de 2025. A Seduc-MT detalhou os progressos na regulamentação do Fundo Estadual de Apoio à Melhoria das Condições de Oferta da Educação Infantil e do Ensino Fundamental no Estado de Mato Grosso (FMTE). Um cronograma foi apresentado para formalizar convênios com os municípios, destacando a importância do acompanhamento contínuo pelo Gaepe-MT para mitigar riscos na execução. Como encaminhamento, reafirmou-se a necessidade de o GT monitorar a aplicação dos recursos e as tratativas com os municípios, além de enviar um ofício ao governador e à ALMT solicitando ajustes nas rubricas orçamentárias.

No segundo ponto, foi apresentado o levantamento de dados sobre creches e pré-escolas, que apontou um déficit significativo de vagas, com mais de 12 mil crianças na fila de espera em todo o estado. Os dados evidenciaram desafios em infraestrutura, gestão e recursos humanos, mas também destacaram boas práticas em alguns municípios. Ficou evidente a urgência de priorizar políticas públicas que ampliem a oferta de vagas, principalmente em regiões de maior vulnerabilidade.

- **18ª Reunião - 25/09/2024**

A 18ª reunião ordinária do Gaepe-MT, realizada em 25 de setembro de 2024, teve como temas centrais a destinação de recursos para a expansão de vagas em creches e a apresentação da matriz de risco para análise das necessidades municipais na educação infantil.

No primeiro ponto, foram apresentadas atualizações sobre o andamento dos processos de aplicação dos valores previstos na LOA/2024. A Seduc-MT e a AMM destacaram que a maioria dos municípios beneficiados já havia iniciado a formalização documental, embora fosse evidente a persistência de desafios técnicos e administrativos, especialmente em relação aos critérios estabelecidos pela Portaria nº 934/2024/GS/SEDUC-MT³. O GT-Obras 2024 elaborou um plano de ação para garantir o cumprimento das exigências legais e administrativas.

³ <https://www.iomat.mt.gov.br/portal/visualizacoes/html/18080/#e:18080/#m:1628608>

Outro destaque foi a apresentação da matriz de risco, desenvolvida pela Copec/TCE-MT. A ferramenta identificou 47 municípios com filas de espera para creches, classificando-os em níveis de gravidade (vermelho, laranja, amarelo e bege). O grupo vermelho, representando 69% das crianças na fila, exige ações prioritárias e mais intensivas. A matriz foi concebida para orientar decisões estratégicas, garantindo a alocação eficiente de recursos e esforços.

Entre os encaminhamentos, ficou definida a criação de um GT dedicado à Educação Inclusiva, para mapear a oferta de serviços educacionais e identificar boas práticas.

- **19ª Reunião - 23/10/2024**

A 19ª reunião ordinária do Gaepe-MT, realizada em 23 de outubro de 2024, abordou a promoção dos Planos Municipais pela Primeira Infância (PMPIs) e a destinação de recursos orçamentários estaduais para a ampliação de vagas em creches no estado, reafirmando o compromisso do grupo com políticas públicas voltadas à primeira infância.

Na primeira pauta, Dra. Gleide Bispo Santos, representante do Tribunal de Justiça do Estado, destacou a importância dos PMPIs como instrumentos técnicos e políticos para garantir direitos fundamentais às crianças. A construção participativa dos planos, envolvendo setores como educação, saúde e assistência social, foi considerada essencial para atender às necessidades locais. Representantes do UNICEF, Lídia Pantoja e Letícia Albuquerque, enfatizaram a articulação intersetorial e o papel do Selo UNICEF na mobilização dos municípios. Apesar dos desafios, 40 municípios já haviam implementado seus PMPIs, representando um avanço significativo.

Na segunda pauta, discutiu-se a destinação de recursos estaduais para ampliar vagas em creches, com foco na retomada de obras paralisadas. O GT-Obras 2024 apresentou os avanços no uso dos recursos da LOA/2024 e reforçou a necessidade de garantir novas rubricas na LDO e LOA de 2025. Como encaminhamento, propôs-se o envio de uma Nota Técnica às novas gestões municipais, recomendando a inclusão dos PMPIs nos Planos Plurianuais e leis orçamentárias anuais para assegurar a sustentabilidade das políticas para a primeira infância. A reunião também destacou a relevância da transparência na aplicação dos recursos públicos.

- **20ª Reunião - 27/11/2024**

Na 20ª reunião ordinária do Gaepe-MT, realizada em 27 de novembro de 2024, foram abordados dois temas centrais: a destinação de recursos do orçamento estadual para a

expansão de vagas em creches nos municípios de Mato Grosso e o diagnóstico da educação especial na perspectiva da educação inclusiva, reforçando o compromisso do grupo com a equidade e a qualidade educacional.

Na primeira pauta, o debate centrou-se na expansão de vagas em creches, com ênfase na urgência de criar e regularizar fundos municipais de educação, indispensáveis para viabilizar os repasses do FMTE. Identificou-se que apenas um município havia regularizado seu fundo, revelando desafios administrativos que comprometem o cumprimento dos prazos orçamentários e a execução dos projetos. Também foram discutidos ajustes no cronograma de desembolso sugeridos pela SEFAZ-MT. Como encaminhamento, foi definida a mobilização de gestores municipais para regularizar os fundos até o final do exercício financeiro.

Na segunda pauta, foi apresentado o questionário-diagnóstico da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. O GT de Educação Inclusiva detalhou a minuta de um questionário diagnóstico voltado ao mapeamento das condições das redes municipais de ensino. O instrumento abrange aspectos como infraestrutura, acessibilidade, formação de profissionais, Atendimento Educacional Especializado (AEE) e engajamento das famílias. O objetivo é consolidar a versão final do questionário e enviá-lo aos municípios, fortalecendo o planejamento e a implementação de práticas inclusivas. Ficou definido que os integrantes da governança fariam contribuições para o aprimoramento do questionário, cuja versão final será consolidada e enviada aos municípios em 2025.

• **Reuniões dos Grupos de Trabalho**

O GT-Obras do Gaepe-MT reuniu-se em 20 de setembro de 2024 para discutir estratégias de acompanhamento dos repasses financeiros estaduais destinados à retomada de obras de creches paralisadas. Durante o encontro, foram identificados desafios enfrentados pelos municípios, como pendências administrativas e técnicas, e deu-se início à elaboração de um plano de ação detalhado para garantir a execução dos recursos de forma eficiente.

O GT-Educação Inclusiva reuniu-se em 7 de outubro de 2024 com o objetivo de planejar a elaboração de um questionário diagnóstico para mapear a oferta de serviços educacionais inclusivos nos municípios de Mato Grosso. Baseando-se no *Manual de Atuação do Ministério Público em Defesa da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*⁴ e em um ofício do Ministério Público do Estado (MPMT), o grupo elaborou a minuta do

⁴<https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Publicacoes/documentos/2024/Manual-MP-Educao-Inclusiva.pdf>

questionário. A Copec/TCE-MT assumiu a responsabilidade de criar um glossário com termos relacionados à educação inclusiva, como complemento ao instrumento, garantindo maior clareza e precisão nos levantamentos.

- **Levantamento sobre Educação Infantil nos municípios em Mato-Grosso**

Entre abril e maio de 2024, foi realizado um levantamento diagnóstico sobre creches e pré-escolas em Mato Grosso, envolvendo a participação de todos os municípios do estado. A coleta de dados, conduzida por meio de formulário eletrônico preenchido pelos gestores municipais, teve como objetivo mapear a realidade dessas instituições, oferecendo um panorama detalhado sobre a oferta e demanda por vagas, infraestrutura e recursos humanos.

- **Palestra sobre o VAAT/2025**

Em julho de 2024, foi realizada a palestra "Habilitação ao VAAT/2025", ministrada por Matheus Souza, Coordenador de Normatização e Apoio Técnico ao Fundeb e Salário-Educação/FNDE, com transmissão ao vivo pelo canal do TCE-MT no YouTube. Promovida pela Copec/TCE-MT, com apoio do Gaepe-MT, a iniciativa teve como objetivo instruir e esclarecer dúvidas dos municípios sobre o tema.

- **Nota Técnica nº 001/2024**

A Nota Técnica nº 001/2024 aborda orientações sobre a viabilidade de o Governo Estadual de Mato Grosso custear obras em creches municipais, incluindo aquelas inacabadas ou paralisadas, que fazem parte do Pacto Nacional pela Retomada de Obras da Educação, gerenciado pelo FNDE.

- **Ofícios enviados em 2024**

Em fevereiro de 2024, o Gaepe-MT solicitou ao Ministério da Educação apoio técnico do Núcleo de Obras do FNDE para auxiliar os municípios de Mato Grosso na retomada de obras de creches paralisadas ou inacabadas. A solicitação incluiu orientações para superar entraves técnicos e administrativos, além de suporte para ajustar projetos às normativas do FNDE, visando acelerar o acesso aos recursos disponíveis.

Em maio de 2024, o Gaepe-MT encaminhou ao Ministério da Educação um ofício solicitando apoio técnico para realizar uma formação nacional destinada a capacitar gestores municipais na elaboração de planos de expansão de vagas em creches. O curso seria

oferecido por meio da plataforma AVAMEC, com um projeto-piloto a ser implementado em Mato Grosso.

Além disso, no mesmo mês, o Gaepe-MT encaminhou ao Ministério da Educação um ofício solicitando apoio técnico para estimar custos e planejar a construção, ampliação e retomada de obras de creches em Mato Grosso. O documento destacou o déficit de vagas identificado no estado, a necessidade de acesso a dados do Censo Escolar para mapeamento da demanda e informações sobre recursos federais disponíveis.

Em junho de 2024, o Gaepe-MT enviou um ofício à Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) solicitando a inclusão de dotação orçamentária específica na LDO 2025 para a ampliação e construção de creches. O documento destacou o déficit de vagas na educação infantil no estado e a ausência de rubricas no PLDO 2025, em desacordo com o PPA 2024-2027.

Em setembro de 2024, o Gaepe-MT enviou um ofício à Secretaria de Estado de Fazenda de Mato Grosso (Sefaz-MT), solicitando a criação de rubricas orçamentárias específicas no Plano Plurianual 2024-2027 e na LDO/2024 para ações voltadas à Primeira Infância. A solicitação visou garantir clareza, transparência e eficiência na alocação e execução dos recursos destinados à construção e ampliação de creches, em conformidade com as metas estabelecidas em leis orçamentárias estaduais.

Em outubro de 2024, o Gaepe-MT encaminhou um ofício aos prefeitos dos municípios contemplados na Portaria nº 934/2024/GS/SEDUC/MT, recomendando o envio urgente da documentação necessária para análise e habilitação ao repasse de recursos estaduais. Esses recursos são destinados à retomada e conclusão de obras de creches inacabadas, uma iniciativa fundamental para ampliar a oferta de vagas na educação infantil e garantir acesso a um ambiente educacional seguro e adequado. O ofício destacou a colaboração intergovernamental e o suporte técnico fornecido pela AMM e pela Seduc-MT para viabilizar essa ação estratégica.

No mesmo mês, o Gaepe-MT enviou um ofício à Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (Seduc-MT) solicitando a prorrogação do prazo para que os municípios contemplados pela Portaria nº 934/2024 concluam a documentação necessária para habilitação ao recebimento de recursos do Fundo Estadual de Apoio à Educação Infantil. A solicitação visou garantir que os municípios beneficiados avancem no cumprimento das metas educacionais e na conclusão das obras pendentes.

Em novembro de 2024, o Gaepe-MT enviou às equipes de transição dos municípios de Mato Grosso o Ofício nº 04/2024, enfatizando a importância estratégica da Educação Infantil e da Primeira Infância no planejamento das novas gestões municipais. O documento recomendou ações como a elaboração de diagnósticos situacionais, a formação de comitês intersetoriais, a inclusão dos Planos Municipais pela Primeira Infância (PMPIs) no planejamento orçamentário, a mobilização comunitária e o monitoramento contínuo das políticas implementadas.

- **Balanco das Atividades de 2024 - 21ª Reunião - 11/12/2024**

O conjunto de reuniões e iniciativas promovidas pelo Gaepe-MT ao longo de 2024 evidencia o comprometimento da governança com a educação em Mato Grosso, com esforços concentrados especialmente na educação infantil. A 21ª reunião, que marcará o encerramento do ciclo anual, será dedicada à análise do balanço das atividades realizadas, promovendo uma reflexão coletiva sobre as ações desenvolvidas. Esse espaço será essencial para identificar lições aprendidas, avaliar os desdobramentos das iniciativas e discutir estratégias para o aprimoramento contínuo da governança.

NOTÍCIAS

SEMINÁRIO NACIONAL IMPLEMENTAÇÃO DOS PARÂMETROS DE QUALIDADE E EQUIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL: O Ministério da Educação (MEC) realizou, no dia 27 de novembro de 2024, o Seminário Nacional "Implementação dos Parâmetros de Qualidade e Equidade da Educação Infantil", no auditório da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), em Brasília. Promovido em parceria com o Unicef, o evento reuniu gestores, educadores e representantes de organizações para discutir a aplicação das diretrizes estabelecidas pela Resolução CNE/CEB nº 1/2024 com o lançamento da publicação "Qualidade e Equidade na Educação Infantil: Princípios, Normatização e Políticas Públicas".

[Link para a notícia](#)

II PACTO PELA TRANSFORMAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO ARQUIPÉLAGO DO MARAJÓ: Nos dias 18 e 19 de novembro de 2024, ocorreu o II Fórum pela Educação no Arquipélago do Marajó, onde foi firmado o pacto para impulsionar a transformação educacional na região. O evento reuniu representantes dos governos federal e estadual, instituições públicas, sociedade civil e prefeitos dos municípios locais, com o objetivo de enfrentar os desafios históricos da educação no Marajó. Durante o fórum, foram discutidas estratégias de ampliação do acesso à educação, investimentos em infraestrutura escolar, formação de professores e ações voltadas para a equidade e inclusão educacional. O pacto reafirma o compromisso conjunto de promover melhorias concretas e reduzir desigualdades na região.

[Link para a notícia](#)

GAEPE-RN: TCE ARTICULA INSTALAÇÃO DE GABINETE PARA MELHORAR INDICADORES EDUCACIONAIS: O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (TCE/RN) está liderando a criação de um gabinete estratégico para monitorar e fortalecer os indicadores educacionais no estado. A iniciativa faz parte do Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política da Educação no Rio Grande do Norte (Gaepe-RN), um espaço de diálogo interinstitucional que promove a cooperação entre órgãos públicos e entidades para implementar políticas públicas mais eficazes e alcançar as metas educacionais definidas no Plano Nacional de Educação.

[Link para a notícia](#)

ATRICON SOLICITA INCLUSÃO DE DADOS NO CENSO ESCOLAR: A Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) solicitou ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) a inclusão de informações na Sinopse do Censo Escolar. O pedido enfatiza a necessidade de dados que detalhem a execução das metas dos planos de educação, para subsidiar os Tribunais de Contas no monitoramento e avaliação das políticas públicas educacionais. A iniciativa reforça o papel das instituições de controle na garantia do direito à educação de qualidade.

[Link para a notícia](#)

ATRICON SUGERE AO MEC MEDIDAS PARA DIAGNÓSTICO DO BULLYING: A Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) integra o Grupo de Trabalho Técnico do MEC, coordenado pela Secadi, para enfrentar bullying, preconceito e discriminação na educação. Representado por Cezar Miola e Marcos Rolim, o grupo propôs a criação de um Serviço Nacional de Medição do Bullying, destacando a necessidade de dados oficiais para diagnosticar o fenômeno e implementar políticas públicas eficazes. Rolim apresentou instrumentos de pesquisa, como a Escala BullyHARM e o Delaware School Climate Survey, que auxiliam na avaliação da violência escolar.

[Link para a notícia](#)

DESAFIOS NA ELABORAÇÃO DOS PLANOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO: No dia 26 de novembro de 2024, o Fórum Municipal de Educação de Goiânia, em parceria com o Fórum Estadual de Educação de Goiás, promoveu uma videoconferência para discutir os desafios na elaboração dos planos estaduais e municipais de educação. O evento contou com a participação do Prof. João Danilo Batista Oliveira, do Fórum Estadual de Educação da Bahia; do Prof. Josimar Amorim, da Rede de Fóruns Municipais da Bahia e coordenador do Fórum Municipal de Casa Nova; e da Profa. Maria Couto Cunha, vice-presidente da ANPAE e coordenadora da Comissão Permanente de Sistematização do FEE/BA.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PRIMEIRA INFÂNCIA PRECISAM DE MELHORIAS, APONTA TCU: O Tribunal de Contas da União (TCU) identificou fragilidades nas políticas públicas voltadas à primeira infância em recente levantamento. Entre os problemas apontados estão infraestrutura inadequada em escolas de educação infantil, oferta insuficiente de vagas e falta de formação específica para professores. O relatório destaca também a ausência de diretrizes claras e a necessidade de maior coordenação entre o Ministério da Educação e outros órgãos federais. O TCU recomenda ações para melhorar a governança e garantir atendimento de qualidade às crianças na primeira infância.

[Link para a notícia](#)

GOVERNO LULA DEFINE NOVOS PARÂMETROS PARA A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL: O Ministério da Educação (MEC) publicou no dia 22.10.2024 novas diretrizes para a qualidade e equidade na Educação Infantil. Os parâmetros visam assegurar atendimento adequado considerando especificidades, como as necessidades da educação escolar indígena,

quilombola, bilíngue para surdos, e de educação especial, em ambientes urbanos, rurais e tradicionais. A norma também ressalta a importância da formação de professores licenciados e a estruturação de ambientes pedagógicos inclusivos. Os indicadores estão organizados em cinco dimensões: gestão, identidade e formação profissional, proposta pedagógica, avaliação e infraestrutura.

[Link para a notícia](#)

PROFESSORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL PODEM ENTRAR NO PISO DO MAGISTÉRIO; ENTENDA: A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados aprovou o projeto de lei que inclui professores de educação infantil no piso salarial do magistério. Se sancionada, a medida beneficiará profissionais com formação no magistério ou nível superior, aprovados em concurso público. Atualmente, o piso do magistério é de R\$4.580,67, mais que o triplo do salário mínimo. A proposta agora segue para análise no Senado.

[Link para a notícia](#)

DESIGUALDADE EM CRECHES É DETALHADA EM PESQUISA: A pesquisa da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal revela que a maioria das crianças em situação de vulnerabilidade não tem acesso a creches. Apenas 43% das 4,6 milhões de crianças prioritárias estão matriculadas, e 56% das não matriculadas ficam fora por escolha dos pais, sugerindo uma possível falta de alternativas adequadas. O estudo ressalta que o investimento na primeira infância contribui para reduzir desigualdades de longo prazo, trazendo benefícios tanto para o desenvolvimento infantil quanto para a empregabilidade das mães.

[Link para a notícia](#)

PLENÁRIO VOTARÁ PEC PARA EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM TODOS OS NÍVEIS: O Senado analisará a PEC 52/2023, que visa inserir a educação inclusiva como um princípio constitucional, fortalecendo a garantia de inclusão em todos os níveis educacionais. A proposta do senador Marcelo Castro (MDB-PI) foi relatada pela senadora Mara Gabrilli (PSD-SP), que ampliou o texto para abranger as necessidades de cada aluno. Segundo o Censo Escolar 2023, as matrículas de pessoas com deficiência na educação básica aumentaram mais de 40% entre 2019 e 2023.

[Link para a notícia](#)

PROJETO COM REGRAS PARA A EDUCAÇÃO DE PESSOAS COM SÍNDROME DE DOWN AVANÇA NA CÂMARA: A Comissão de Educação da Câmara aprovou proposta que regulamenta a educação especializada para pessoas com síndrome de Down, alterando a LDB e a Lei Brasileira de Inclusão. O projeto ainda será analisado por outras três comissões e, se aprovado, seguirá para o Senado e sanção presidencial. A proposta prevê aulas de educação especializada na escola regular, sem comprometer o horário das aulas comuns, e permite o uso de instituições comunitárias ou filantrópicas.

[Link para a notícia](#)

CONSELHO APROVA NOVAS DIRETRIZES PARA EDUCAÇÃO DE AUTISTAS COM POLÊMICA: O Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou um novo parecer sobre a educação de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), após um ano de discussões. O texto final manteve a exigência de um Plano de Educação Individualizado (PEI) para alunos com TEA, mas retirou a recomendação para acompanhantes especializados em atividades pedagógicas. O parecer ainda precisa ser homologado e propõe que escolas realizem um "estudo de caso" sem exigir laudo médico para apoio educacional.

[Link para a notícia](#)



CASTIGOS FÍSICOS E BULLYING - OMS COBRA PAÍSES CONTRA VIOLÊNCIA INFANTIL; BRASIL PROMETE MUDANÇAS: Mais de 100 países, incluindo o Brasil, assumiram o compromisso de combater a violência infantil em conferência promovida pela OMS e Unicef. Entre as promessas, nove países planejam proibir o castigo corporal. O Brasil, até 2026, se compromete a criar ambientes escolares seguros, combater o bullying e melhorar o atendimento a vítimas de violência, especialmente jovens de comunidades vulneráveis.

[Link para a notícia](#)

40% DAS REDES DE ENSINO NÃO CONSIDERAM RACISMO NO APRENDIZADO: Diagnóstico inédito do MEC aponta que 40% das redes públicas de ensino não consideram os efeitos do racismo no desempenho escolar. Entre as redes estaduais que se destacaram positivamente está Rondônia, reconhecida por suas ações de formação de profissionais na promoção de equidade racial. Apesar de avanços institucionais, 25% das matrículas na educação básica carecem de preenchimento da informação racial, dificultando políticas para equidade. O monitoramento também revelou que alunos negros enfrentam desvantagens, como menor acesso a infraestrutura escolar e materiais didáticos que promovam a diversidade.

[Link para a notícia](#)

MAIS DE 65% DO TRABALHO INFANTIL NO BRASIL É FEITO POR PRETOS E PARDOS, INDICA IBGE: Dados da PNAD Contínua, divulgados pelo IBGE, mostram que 65% das crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil no Brasil são pretos e pardos, uma porcentagem superior à representatividade desse grupo na população total de 5 a 17 anos (59,3%). O levantamento revela que a maior parte dos jovens em trabalho infantil está concentrada nas regiões Norte e Nordeste, com destaque para o Norte, onde 6,9% dos jovens estão nessa condição.

[Link para a notícia](#)

ORGANIZAÇÕES ELABORAM CARTA PARA UNESCO POR JUSTIÇA RACIAL NA EDUCAÇÃO: Durante a Reunião Global de Educação, marcada para esta semana em Fortaleza, organizações como a ActionAid International entregarão à Unesco e ao Comitê de Direção do ODS 4 uma carta solicitando a priorização global da educação antirracista. A iniciativa busca garantir que questões de racismo e discriminação sejam abordadas diretamente nas políticas educacionais. Com apoio de entidades como o Fórum Global de Estudantes e a Campanha Latino-Americana pelo Direito à Educação, o documento solicita que a equidade racial seja incluída na agenda da reunião, com foco na educação antirracista em fóruns futuros e no relatório de monitoramento global da Unesco.

[Link para a notícia](#)

PROGRAMA QUILOMBO DAS AMÉRICAS FOMENTA IGUALDADE RACIAL E JUSTIÇA AMBIENTAL NA AMÉRICA LATINA: Anunciado pela ministra Anielle Franco na COP 16, o programa "Quilombo das Américas" investirá mais de US\$120 mil até 2028 para combater desigualdades raciais e socioambientais em comunidades afrodescendentes da América Latina e Caribe. Com apoio do PNUD e em parceria com a Colômbia, a iniciativa promoverá regularização territorial, conservação ambiental, valorização cultural afrodescendente, apoio a sistemas agrícolas tradicionais e estratégias contra violência, com foco em mulheres e crianças.

[Link para a notícia](#)

NOVO ENSINO MÉDIO ENTRA EM VIGOR A PARTIR DE 2025: A partir de 2025, o ensino médio no Brasil passará por mudanças para torná-lo mais atrativo e combater a alta taxa de

evasão, de acordo com a nova Política Nacional de Ensino Médio. Entre as mudanças, o currículo contará com 3 mil horas, sendo 2.400 para disciplinas tradicionais e 600 para itinerários formativos, oferecendo opções como Ciências Humanas, Ciências da Natureza, e Linguagens. Disciplinas como Português, Matemática, Inglês e Filosofia agora serão obrigatórias. A reforma visa integrar o ensino técnico com o ensino básico, com uma carga mínima de 2.100 horas de formação geral e 900 horas para ensino profissionalizante. O Enem, no entanto, manterá seu formato atual, focado na formação geral básica, após veto presidencial.

[Link para a notícia](#)

ENEM VAI VOLTAR A CERTIFICAR ENSINO MÉDIO PARA MAIORES DE 18 ANOS, DIZ

MINISTRO: O Enem permitirá, a partir de 2025, que estudantes maiores de 18 anos concluam o ensino médio, segundo anúncio do ministro da Educação, Camilo Santana. A medida não substitui o Encceja, que seguirá disponível. O Enem terá mais locais de prova, facilitando o acesso ao ensino superior para quem busca a certificação.

[Link para a notícia](#)

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DEFENDE ENSINO MÉDIO COM FORMAÇÃO ÉTICA E CRÍTICA:

O Conselho Nacional de Educação (CNE) divulgou novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, enfatizando a formação ética, o pensamento crítico e a integração entre teoria e prática. A resolução defende o aprimoramento humano e a articulação entre as áreas do conhecimento, além de propor justiça curricular e inclusão de temáticas como sustentabilidade, direitos humanos e multiculturalismo. A implementação será obrigatória para os ingressantes de 2026.

[Link para a notícia](#)

GTI QUE DISCUTE POLÍTICA NACIONAL DE EPT APRESENTA RELATÓRIO: O Grupo de Trabalho Interinstitucional (GTI), coordenado pelo MEC, apresentou o relatório final para a Política Nacional de Educação Profissional e Tecnológica (Pnept) nesta quinta-feira, 7. Com aproximadamente 500 páginas, o documento inclui um histórico da EPT, análise do Plano Nacional de Educação, diagnóstico da modalidade e recomenda a criação de uma instância tripartite de governança. A apresentação ao ministro Camilo Santana ocorrerá ainda este mês.

[Link para a notícia](#)

MEC BUSCA FORMAS DE USAR INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS:

O Ministério da Educação (MEC) promoveu um seminário em parceria com a UFAL e o IFB para discutir o uso de inteligência artificial (IA) e governança de dados nas políticas públicas educacionais. A ferramenta pode ajudar a otimizar a gestão escolar e apoiar a permanência dos alunos, por meio do uso de dados em tempo real, como frequência em aulas. Desafios como a interoperabilidade de dados e a falta de profissionais qualificados também foram discutidos.

[Link para a notícia](#)

O QUE DIZEM AS PESQUISAS SOBRE EDUCAÇÃO INTEGRAL: O MEC está investindo R\$ 4 bilhões para expandir a educação em tempo integral nas escolas públicas, com meta de alcançar 3,2 milhões de matrículas até 2026. Críticos do Programa Escola em Tempo Integral (ETI) apontam custos elevados e riscos de excesso de disciplinas. Estudos indicam benefícios, como melhora em português e matemática e redução da violência escolar, com Pernambuco como exemplo de sucesso.

[Link para a notícia](#)

MEC LANÇARÁ CONCURSO UNIFICADO E BOLSA PARA PROFESSORES EM 2025: O ministro da Educação, Camilo Santana, anunciou que o governo lançará em novembro um concurso unificado para professores, conhecido como "Enem dos professores", com adesão opcional de municípios e Estados. Também será introduzido o programa Pé-de-Meia para licenciatura, oferecendo bolsas para atrair jovens ao magistério. Essas ações fazem parte de um esforço para valorizar a carreira docente, tema abordado na semana "Ceará: Centro Global de Educação" e no G20 Educação, realizados em Fortaleza.

[Link para a notícia](#)

GOVERNO LULA LIBERA 0,2% DE VERBA CONGELADA NA EDUCAÇÃO, MAS PROMETE RESTANTE EM DEZEMBRO: O governo Lula bloqueou R\$ 1,27 bilhão do orçamento do Ministério da Educação em agosto, comprometendo recursos destinados às universidades federais. Após críticas, liberou R\$ 2,3 milhões, ou 0,2% do total, prometendo o restante em dezembro. Reitores de universidades federais, preocupados com as dificuldades financeiras para concluir 2024, relataram ao MEC o impacto do contingenciamento.

[Link para a notícia](#)

COMISSÃO DEBATE ISENÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA PARA PROFESSORES: A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados discutiu, na audiência pública do dia 31.10.2024, a isenção do Imposto de Renda sobre a remuneração de professores da educação infantil, fundamental, média e superior. A proposta, de autoria do deputado Prof. Reginaldo Veras, visa aliviar a carga financeira desses profissionais, permitindo que eles tenham melhor qualidade de vida e incentivando sua permanência na carreira docente.

[Link para a notícia](#)

NOVA LEI OBRIGA GOVERNOS A DIVULGAREM DADOS DE CENSOS E AVALIAÇÕES EDUCACIONAIS: Sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a Lei 15.017/24 exige que o poder público compartilhe e torne públicos os dados de censos e avaliações educacionais, garantindo transparência sem comprometer a identidade dos alunos. A proposta, de origem na Câmara (PL 454/22) e modificada no Senado para caráter impositivo, busca facilitar o acompanhamento da evolução da educação no Brasil. O projeto foi apresentado após o Ministério da Educação retirar do ar informações sobre o Censo Escolar 2021 e o Enem 2020, alegando necessidade de adequação à Lei Geral de Proteção de Dados.

[Link para a notícia](#)

UM A CADA QUATRO ESTUDANTES ESTÁ SEM RAÇA DECLARADA NO CENSO ESCOLAR: O Censo Escolar de 2023 revelou que 25,5% dos alunos não tiveram a raça declarada, o que afeta a elaboração de políticas afirmativas no Brasil. A campanha "Estudante Presente É Estudante que se Identifica", liderada pela Fundação Lemann e outras organizações, visa conscientizar sobre a importância desse dado no período de matrículas para combater desigualdades raciais. A informação é crucial para políticas de ação afirmativa, incluindo cotas no ensino superior.

[Link para a notícia](#)

NOVO PNE - DEBATEDORES DEFENDEM INVESTIMENTO DE 10% DO PIB EM EDUCAÇÃO: Durante a audiência pública da Comissão de Educação (CE), especialistas enfatizaram a necessidade de restabelecer a meta de investir 10% do PIB em educação no novo Plano Nacional de Educação (PNE) 2024-2034. Eles destacaram que o aumento dos investimentos públicos pode impulsionar a qualidade educacional e promover maior equidade. O debate também sugeriu a aprovação do Sistema Nacional de Educação (SNE) para fortalecer a cooperação entre os entes federativos.

[Link para a notícia](#)



BENEFÍCIOS FISCAIS ESTADUAIS QUASE TRIPLICAM EM CINCO ANOS E DEVEM ATINGIR R\$ 267 BI EM 2025: Estudo da Fenafisco revela que os incentivos fiscais, com aumento de 189,13% desde 2020, devem atingir R\$ 267 bilhões em 2025. Segundo a pesquisa, essa renúncia prejudica a sustentabilidade fiscal dos estados e reduz recursos para saúde, educação e segurança. Além disso, incentiva a concorrência desleal, beneficiando regiões mais desenvolvidas, com 47% das renúncias concentradas no Sudeste. A Reforma Tributária poderá reduzir essa guerra fiscal, mas preocupa especialistas quanto ao aumento da alíquota e lobbies no Congresso.

[Link para a notícia](#)

DESPESAS COM SAÚDE, EDUCAÇÃO E BPC ACELERAM MAIS DO QUE OUTROS GASTOS SOCIAIS, DIZ ESTUDO: Pesquisa premiada pela Secretaria de Orçamento Federal revelou que despesas com Saúde, Educação e Benefícios de Prestação Continuada (BPC) aceleram acima da inflação e do estoque da dívida, priorizando esses setores na revisão de gastos do governo. Outros gastos sociais, como seguro-desemprego e Bolsa Família, apresentam menor tendência de aceleração, posicionando-se em segundo plano no ajuste fiscal. O estudo sugere uma revisão de gastos obrigatórios para apoiar a sustentabilidade fiscal e controlar a trajetória da dívida pública.

[Link para a notícia](#)

MEC LANÇARÁ CONCURSO UNIFICADO E BOLSA PARA PROFESSORES EM 2025: O ministro da Educação, Camilo Santana, anunciou que o governo lançará em novembro um concurso unificado para professores, conhecido como "Enem dos professores", com adesão opcional de municípios e Estados. Também será introduzido o programa Pé-de-Meia para licenciatura, oferecendo bolsas para atrair jovens ao magistério. Essas ações fazem parte de um esforço para valorizar a carreira docente, tema abordado na semana "Ceará: Centro Global de Educação" e no G20 Educação, realizados em Fortaleza.

[Link para a notícia](#)

MEC PROMOVE REUNIÃO DE COOPERAÇÃO COM SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO: O Ministério da Educação (MEC) realizou em Brasília a 2ª Reunião Ordinária da Instância Permanente de Negociação e Cooperação, com foco na avaliação do Encontro Nacional de Estratégias de Cooperação Técnica e no planejamento de encontros regionais e estaduais em 2025. O encontro também definiu um cronograma de medidas visando às metas do novo Plano Nacional de Educação (PNE).

[Link para a notícia](#)

ETI PACTUA 792 MIL MATRÍCULAS NO NOVO CICLO DO PROGRAMA: O Ministério da Educação (MEC) anunciou que o ciclo 2024-2025 do Programa Escola em Tempo Integral (ETI) pactuou 792.785 matrículas, representando um aumento de 4% em relação ao ciclo anterior. Do total, 342.878 matrículas são provenientes de redes estaduais, enquanto as municipais responderam por 449.907. A redistribuição ocorreu entre 4 e 8 de novembro de 2024, com a primeira parcela dos recursos prevista para pagamento até 31 de dezembro. O ETI, coordenado pela Secretaria de Educação Básica (SEB), busca cumprir a Meta 6 do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, ampliando a oferta de educação em tempo integral em todas as etapas da educação básica.

[Link para a notícia](#)

COM INCENTIVOS DE ATÉ R\$ 80 MIL, PROJETO BUSCA FOMENTAR APRENDIZAGEM DE MATEMÁTICA: O Itaú Social e o MEC lançaram um edital para apoiar iniciativas voltadas à aprendizagem de matemática nos anos finais do Ensino Fundamental em escolas públicas.

Iniciativas já em prática podem receber R\$ 10 mil, enquanto novos projetos poderão ter até R\$ 80 mil para execução em 2025. Profissionais da educação, OSCs, centros de pesquisa e universidades podem participar, cadastrando-se na Plataforma de Editais do Itaú Social.

[Link para a notícia](#)

UNESCO LANÇA RELATÓRIO GLOBAL DA EDUCAÇÃO EM FORTALEZA: Na Reunião Global de Educação, a UNESCO divulgou o Relatório de Monitoramento Global da Educação 2024, destacando estagnação nos indicadores educacionais e a necessidade de lideranças escolares comprometidas. A Declaração de Fortaleza ressalta a urgência de ações para promover a equidade, a inclusão e o aumento do investimento em educação. Com desafios como o baixo financiamento e uma taxa de evasão escolar ainda elevada, o relatório enfatiza a necessidade de estratégias globais eficazes para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

[Link para a notícia](#)

LULA E CAMILO CELEBRAM AUMENTO DE INSCRITOS NO ENEM 2024: O presidente Lula e o ministro da Educação, Camilo Santana, visitaram a sala de monitoramento do Enem em Brasília neste domingo (3), primeiro dia de provas. Com mais de 4,3 milhões de inscritos, o Enem 2024 teve um aumento de cerca de 27% em relação ao ano anterior. Camilo atribuiu o crescimento ao programa Pé de Meia, que incentiva estudantes a completarem o Ensino Médio e fazerem o Enem. Lula destacou a educação como símbolo de "independência" para jovens.

[Link para a notícia](#)

CONSELHO APROVA DIRETRIZ PARA EDUCAÇÃO DE AUTISTA: O Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou uma nova versão do parecer 50, que define diretrizes para a educação de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). O texto foi reduzido de 69 para 22 páginas e excluiu a recomendação de acompanhantes especializados para atividades pedagógicas, mantendo apenas profissionais de apoio. O Plano de Educação Individualizado (PEI) para alunos com TEA foi mantido. A decisão ainda depende de homologação do Ministro da Educação.

[Link para a notícia](#)

PROJETO INCLUI NOÇÕES DE DIREITO NO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: O Projeto de Lei 2745/24 propõe a inclusão da disciplina de noções de direito nos currículos do ensino fundamental e médio, tanto em escolas públicas quanto particulares. De autoria do deputado Marcos Tavares (PDT-RJ), o projeto visa formar cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres, incentivando soluções pacíficas e informadas para conflitos. O MEC desenvolverá programas de capacitação docente, com possibilidade de parcerias para apoiar a implementação. A proposta será analisada nas comissões de Educação, Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça.

[Link para a notícia](#)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO APROVA PROJETO QUE PROÍBE CELULAR EM ESCOLAS: A Comissão de Educação da Câmara aprovou projeto que proíbe o uso de celulares e outros dispositivos eletrônicos por alunos da educação básica em escolas públicas e privadas, inclusive nos intervalos. O uso é autorizado apenas para fins pedagógicos, acessibilidade e condições de saúde. O projeto visa promover atividades de socialização e proteção contra conteúdos impróprios, além de incluir ações para saúde mental. A proposta segue para análise na Comissão de Constituição e Justiça.

[Link para a notícia](#)

MEC DEBATE PLANOS DECENAIS PARA A EDUCAÇÃO EM BELÉM: O Ministério da Educação (MEC) participou de um colóquio em Belém, promovido pelo Fórum Estadual de Educação do Pará (FEE-PA), para discutir o monitoramento e a avaliação do Plano Nacional de Educação (PNE) e dos Planos Municipais de Educação (PMEs). O evento buscou alinhar tecnicamente os municípios às diretrizes nacionais, visando fortalecer a gestão democrática e enfrentar os desafios da próxima década na educação. Representantes do MEC, do Ministério Público, da Undime-PA e da Uncme-PA também participaram do encontro.

[Link para a notícia](#)

MEC EMPOSSA NOVO PRESIDENTE DO CNE: César Callegari assumiu a presidência do Conselho Nacional de Educação (CNE) em cerimônia, no dia 11.11.2024, após eleição unânime realizada no dia 5 de novembro. Callegari ocupará o cargo por dois anos, seguindo a tradição de alternância entre membros das Câmaras de Educação Básica e Superior. Ele enfatizou o papel proativo do CNE na antecipação das demandas educacionais.

[Link para a notícia](#)

PROEC BENEFICIARÁ MAIS DE 22 MIL ESCOLAS EM 2024: O Programa Escola e Comunidade (Proec) do MEC destinará R\$ 60,3 milhões para 22.407 escolas, promovendo mais de 67 mil ações de formação, envolvendo cerca de 7 milhões de estudantes, 1,3 milhão de profissionais e 7 milhões de familiares. A iniciativa, que contou com a adesão de todos os estados e de 89% dos municípios, visa fortalecer a educação integral, focando na cidadania e na cultura de paz. O programa inclui oficinas sobre comunicação e prevenção da violência no ambiente escolar, promovendo uma abordagem colaborativa com a comunidade.

[Link para a notícia](#)

NÃO HÁ PAÍS QUE SE DESENVOLVEU SÓ COM EDUCAÇÃO PRIVADA, DIZ BANCO MUNDIAL: Em evento na Universidade de Harvard, Jaime Saavedra, do Banco Mundial, afirmou que nenhum país conseguiu resolver os desafios da educação apenas com escolas privadas. Dados mostram que mais de 70% das crianças na América Latina e Caribe não conseguem entender plenamente o que leem aos 10 anos. A solução, segundo Saavedra, está em investir nas redes públicas de ensino e priorizar a alfabetização, formação de professores e práticas pedagógicas eficazes.

[Link para a notícia](#)

NOVOS PREFEITOS E A PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS DIANTE DA MUDANÇA CLIMÁTICA: As mudanças climáticas no Brasil afetam de forma desproporcional crianças e adolescentes, com 40 milhões expostos a riscos climáticos ou ambientais, segundo o Unicef. Frente a isso, é fundamental que prefeitos e prefeitas, ao longo dos próximos quatro anos, implementem planos municipais de adaptação climática e mitigação de desastres. Entre as ações necessárias estão a reestruturação de centros urbanos com foco na adaptação, manejo de resíduos sólidos, arborização e proteção de escolas e centros comunitários. Sem um compromisso municipal sólido, o avanço no combate à emergência climática será limitado, com consequências graves para as novas gerações.

[Link para a notícia](#)

Documento elaborado e revisado pelos seguintes membros do Instituto Articule

**Bárbara Alcântara
Bárbara Benatti
Tatiana Bello
Willer Moravia**